

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC
Departamento de Comunicação Social
Graduação em Relações Públicas

O processo sociopolítico da comunicação e as Organizações Intergovernamentais

Gabriela Ramos Teixeira
RA: 151032718

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Caroline Kraus Luvizotto

Bauru, 2018

Gabriela Ramos Teixeira

**O processo sociopolítico da comunicação e as Organizações
Intergovernamentais**

Dissertação apresentada ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas.

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Caroline Kraus
Luvizotto**

Versão Original

**Bauru
2018**

Gabriela Ramos Teixeira

**O processo sociopolítico da comunicação e as Organizações
Intergovernamentais**

Dissertação apresentada ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Caroline Kraus Luvizotto

Trabalho Aprovado

Bauru, _____, _____ de 2018

Prof^a. Dr^a. Caroline Kraus Luvizotto
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Raquel Cabral
Convidado 1

Prof^a. Ma. Alana Nogueira Volpato
Convidado 2

Bauru
2018

*A todos que já se sentiram perdidos ao estudar comunicação.
Nunca deixem de procurar novos contextos.*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha família, que sempre me apoiou incondicionalmente em todos os meus projetos e sonhos. Sem eles, eu nunca teria conseguido alcançar meus objetivos cumpridos até o momento e não teria a mesma perspectiva para tentar buscar cada vez mais vivências, conhecimento e desafios. Meus pais e minha irmã são verdadeiros exemplos de perseverança e paixão, e espero algum dia poder retribuir todo o esforço e paciência investidos nesta jornada. Tê-los em minha vida é uma benção e um privilégio sem tamanho, pelos quais eu serei sempre grata e terei muito amor.

Gostaria de agradecer também à Jessica Esperanza que, por grande parte da minha graduação esteve presente, sempre me motivando e me incentivando a tentar ser cada vez melhor. Sua história e seu incentivo me ensinaram não só que a educação é um privilégio, mas também que esta nunca deve ser subestimada.

A minha graduação inteira, incluindo a realização desta pesquisa, não teria sido a mesma sem Beatriz Monteiro. Bia sempre foi e sempre será minha família em Bauru e minha pessoa na vida, e eu não poderia ser mais grata à pessoa que esteve ao meu lado incondicionalmente nos últimos quatro anos.

Agradeço também à Prof^ª. Dr^ª. Verônica Sales Pereira, cujas disciplinas oferecidas foram a inspiração para esta pesquisa, e às professoras Raquel Cabral e Alana Volpato não só por terem aceitado meu convite para compor a banca para a avaliação, mas também por serem exemplo de excelência, dedicação e amor pelas Relações Públicas durante a minha trajetória.

À Prof^ª. Dr^ª. Caroline Kraus Luvizoto, minha orientadora, ofereço também minha gratidão por ter aceitado fazer parte deste último projeto da minha graduação na UNESP, assim como também de meus dois projetos de Iniciação Científica. Carol marcou minha vida não só como uma orientadora excelente e atenciosa, mas também como professora, amiga e um de meus maiores exemplos de determinação, trabalho e proatividade.

"Light hits everything at a different angle. I will make a habit of tilting my head"
Sabrina Benaim

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo explorar a atuação e presença das Relações Públicas em Organizações Intergovernamentais. Este estudo objetiva, através da observação do caso das OIGs, refletir sobre a necessidade de nós, como comunicadores, não tratarmos a comunicação como uma série de procedimentos generalizados, mas sim como um processo que afeta dinâmicas sociais e organizacionais que afetam comunidades e também as próprias organizações mutuamente. Em um contexto de globalização e avanço do desenvolvimento de tecnologias de informação (TICs), a comunicação se torna cada vez mais presente em ambientes internacionais. Para explorar esta dimensão da área, são apresentados a definição do tipo de organização escolhido, suas características e exemplos de destes. Para este estudo, é feita uma análise das Relações Públicas em conjunto da atuação das Organizações Intergovernamentais na sociedade, a partir dos conceitos de modernidade, pós-modernidade e globalização. A pesquisa resulta na contraposição à teorias clássicas das Relações Públicas, considerando que estas são mais do que uma atividade que pode ser generalizada e modelada para contextos diferentes de maneira universal, sendo um fator importante de dinâmicas sociais e compondo o processo sociopolítico das organizações. Assim, através do contexto organizacional escolhido, é ressaltada a importância de tratar cada parte de relações humanas e organizacionais de maneira singular, com necessidades específicas que devem ser consideradas nos processos de tomada de decisão.

Palavras-chave: Relações Públicas. Organizações Intergovernamentais. Organizações Internacionais. Comunicação.

Abstract

The following research aims to explore the presence of Public Relations in Intergovernmental Organizations, as part of its social process. In a context of globalization and information technology development, communication seems to be each day more present on international environments. To explore this dimension of the field, definitions of the chosen type of organization, its characteristics and examples are introduced. This study presents a social analysis of Public Relations as part of the performance of intergovernmental organizations in society, having as a reference the concepts of modernity, post-modernity and globalization. The research results on the contraposition of the classical Public Relations theories, considering that Public Relations are more than an activity that can be generalized and modelled into different contexts in a universal way, being a very important factor to social dynamics, composing the socio-political process in organizations. Thereby, through the chosen organizational context, it is emphasized the importance of treating each part of human and organizational relations in a singular manner, respecting specific needs that must be considered on decision making processes.

Keywords: Public Relations. Intergovernmental Organizations. International Organizations. Communication.

Lista de Figuras

Figura 1 - Manchete do portal de notícias online Fortune, "11ª da Foxconn: Morte por Exaustão"	20
Figura 2 - Mecanismos de Estabilização do Sistema Internacional, proposto por Herz e Hoffman	29
Figura 3 - Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU	35
Figura 4 - Aba do portal online do Banco Mundial, com tópicos de desenvolvimento que afetam a pobreza.....	37

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Termos e distinções para dimensões do rompimento territorial	17
Tabela 2 - Propósitos e Abrangências de Organizações Intergovernamentais.....	26
Tabela 3 - Forças de Níveis Sociais, segundo Van Leuten e Pratt (1996)	40

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BM – Banco Mundial

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CNUDS – Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável

Data4SDGs – Dados para Metas de Desenvolvimento Sustentável

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICTR – Tribunal Criminal Internacional para Ruanda da ONU

Mercosul – Mercado Comum do Sul

OIGs – Organizações Intergovernamentais

OIs – Organizações Internacionais

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

REDEH – Rede de Defesa da Espécie Humana

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UIA – União das Associações Internacionais

UNSMIS – United Nations Staff Mutual Society Against Sickness and Accident

Sumário

Introdução	13
1. Modernidade, Organizações Intergovernamentais e Globalização.....	15
1.1 Estado, globalização e comunicação	15
1.2 Organizações Intergovernamentais, a globalização e territorialidade.....	21
2 . Organizações Intergovernamentais como redes de apoio	29
2.1 A função social das organizações intergovernamentais.....	30
2.2 Os processos das Organizações Intergovernamentais.....	32
2.3 Organizações intergovernamentais e os públicos	34
3. Global x Local: Ações e influência das Organizações Intergovernamentais.....	39
3.1 A comunicação e riscos à dinâmica social	39
3.2 Organizações Intergovernamentais, responsabilidade social e responsabilidade pública	43
3.3 Influência e impacto das Organizações Intergovernamentais.....	45
3.4 Transnacionalidade e os públicos	47
Considerações Finais	50
Referências Bibliográficas.....	53

Introdução

A comunicação é uma área das ciências sociais e humanas que é fundamental para todos os tipos de interação humana. Com a sua instrumentalização e com o advento do avanço do desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (TICs), especialmente a partir da década de 1970, a comunicação passou a ser identificável em processos e mensuráveis em dinâmicas organizacionais em todos os setores sociais. Assim, observamos cada vez mais a atuação de comunicadores com base em processos padronizados e funcionalistas, que por sua vez é refletida no estudo da comunicação, que passa a ser tratada como uma série de procedimentos e não como parte de dinâmicas sociais complexas e singulares.

O presente trabalho aborda a comunicação, mais especificamente no âmbito das Relações Públicas, fazendo uma crítica à abordagens instrumentalistas, como a Teoria Geral da Excelência em Relações Públicas (GRUNIG, 2011), e contextualizando-a em uma realidade organizacional e social como parte de um processo sociopolítico, como descrito por Simões (2001). Para tanto, a análise deste processo foi realizada com base na atuação de Organizações Intergovernamentais (OIGs), atores sociais não-estatais, que servem como redes de apoio para os Estados e o desenvolvimento da estabilidade e governança global.

Primeiramente contextualizou-se o surgimento e estabelecimento das organizações escolhidas para a compreensão dos processos nos quais estas estão envolvidas. Por serem organizações oriundas de dinâmicas sociais e metanarrativas modernas, que vêm se adaptando às mudanças sociais até a atualidade, o presente estudo abordará as discontinuidades da modernidade (GIDDENS, 1991) e o conceito de globalização (BECK, 1999). A contextualização da globalização neste caso se faz extremamente importante para entendermos não só a realidade das organizações estudadas, mas também de seus públicos, e atuação que extrapola a territorialidade (APPADURAI, 1997), uma vez que esta não é apenas um fenômeno econômico ou tecnológico, mas sim um fato social que afeta tanto a grandes sistemas, quanto aos indivíduos.

Para compreender a comunicação como um processo sociopolítico dentro das OIGs, é necessário que seja estabelecida a função social das organizações e suas dimensões, dinâmicas organizacionais internas, conflitos e objetivos. A abordagem da função social das OIGs foi feita com base em sua atuação como parte de uma rede de apoio, como previamente mencionado, para que assim analisemos não só os processos de comunicação dentro delas, mas também o papel delas como parte do processo comunicacional sociopolítico no mundo.

Uma vez apresentadas as OIGs como ator comunicacional do processo sociopolítico ao qual estão envolvidas, discutiu-se não somente sua ação no processo mencionado, mas também todos os envolvidos no mesmo. Para isso, apresentou-se questões como a importância do reconhecimento das culturas de diferentes sociedades, o conceito de Forças de Níveis Sociais de Van Leuten e Pratt, (1996), a noção de risco às dinâmicas sociais propostas por Giddens, (1999) e responsabilidade social no sistema de interpenetração proposto por Preston e Post (1975).

Neste estudo, especificamente pretendo:

- Compreender o processo sociopolítico da comunicação, com ênfase nas Relações Públicas.
- Analisar as Organizações Intergovernamentais como atores do processo estudado para a contextualização do fato.
- Estabelecer uma correlação entre os processos organizacionais das OIGs e o processo sociopolítico da comunicação.

Espera-se, a partir da reflexão realizada durante a pesquisa, compreender a capacidade de influência e impacto das organizações intergovernamentais no contexto social atual, identificando assim consequências da sua existência e desenvolvimento em um mundo globalizado. Para tal, são abordados no primeiro capítulo os conceitos de modernidade, OIGs e globalização. No segundo capítulo, as OIGs são exploradas em sua natureza como redes de apoio a governos, empresas e à sociedade civil. Para compreender enfim a comunicação como processo sociopolítico no tipo de organização escolhido, o terceiro capítulo traz a contraposição das esferas locais e globais para a compreensão do conceito de influência e comunicação.

Para a realização do estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica para compreender os fenômenos sociais tratados e também serão levantados projetos, ações e situações que envolvam as OIGs, para ilustrar os conceitos trabalhados. Além disso, efetuou-se também um levantamento de dados sobre as organizações intergovernamentais no portal da União das Associações Internacionais, que disponibiliza anuários com as tipificações e registros de organizações internacionais.

1. Modernidade, Organizações Intergovernamentais e Globalização

A modernidade é tradicionalmente relacionada ao modo de organização social oriundo da Europa a partir do século XVII e que se tornou um parâmetro mais ou menos mundial em termos de desenvolvimento social. Marcada pela tradição e pela instituição de padronizações, a modernidade é uma era caracterizada por processos que podem ser observados com o passar de acontecimentos históricos como a revolução francesa e a revolução industrial. Estes processos, desenvolvidos em diferentes momentos do período, incluem a industrialização, urbanização, expansão da divisão do trabalho, burocratização, crescimento do individualismo e processos de formação de Estados.

Apesar da definição acima, existem debates acerca da duração, posterioridade e consequências da modernidade. Em uma visão cultural e epistemológica apresentada por Anthony Giddens (1991, p.8), que sugere que estamos vivendo em uma nova era que está nos levando para além da modernidade. Seja pelo advento da revolução digital, ou pela quebra de padrões impostos pela norma social moderna, ou pelo aumento de fluxos transnacionais em nossa experiência cotidiana, o processo da modernidade dá espaço origem ao fenômeno da globalização, posteriormente discutido, e que rege grande parte da ação e constituição das organizações estudadas na presente pesquisa.

A globalização como conhecemos pode ser explorada e caracterizada em diversos sentidos e dimensões. Inclusive, sua principal característica é a multidimensionalidade no processo social que envolve o fenômeno. Será discutida a maneira que a globalização em sua multidimensionalidade, em conjunto com o desenvolvimento das tecnologias da informação, transforma a dinâmica social atual e as noções de territorialidade, para a maior compreensão da formação e das funções de Organizações Intergovernamentais. Na metade do século XX com as grandes guerras, as OIGs se estabeleceram e passaram a ter um papel mais significativo em diversos setores da comunidade internacional, uma vez que foi reconhecida a necessidade de “formas alternativas de relacionamento entre os Estados que minimizassem a instabilidade global e as disputas diretas.” (PECEQUILO, 2004, p.67).

1.1 Estado, globalização e comunicação

A modernidade resultou em diversas reflexões e modos de produção que influenciaram sociedades por todo o globo, conhecidas como metanarrativas ou grandes narrativas, entre elas o marxismo, o iluminismo, ou qualquer narrativa que confira sentido à outras narrativas em diferentes ambientes e escalas, como o exemplo de estereótipos de tipos de colaboradores oriundos de diferentes nacionalidades no ambiente de trabalho. Este

fenômeno acarreta uma série de padronizações que influenciaram o modo de vida na modernidade, acentuando a relação com a tradição e a construção de normas sociais e generalizações.

Uma vez estabelecida a questão das metanarrativas sociais modernas, é interessante observar as sugestões de Giddens (1991) quanto às descontinuidades do período. O autor propõe que o desenvolvimento da modernidade é marcado por heterogeneidades do próprio período, que levam ao que ele denomina *descontinuidades*. Entretanto, estas não são necessariamente consideradas como rompimento das normas sociais modernas, mas sim uma radicalização e universalização das consequências destas. Neste sentido, tais padrões não são extintos, uma vez que ainda servem como moldes de inúmeros setores e comportamentos em sociedades ao redor do mundo, desenvolvendo-se com extrema rapidez e penetração no globo.

Tanto em sua extensionalidade, quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas características da nossa existência cotidiana. (GIDDENS, 1991, pp.10-11)

As mudanças provenientes do período moderno são extensas e intensas, no entanto Giddens (1999) também reconhecem que ainda existem continuidades entre o tradicional e o moderno apesar de estas serem limitadas quanto à capacidade de auxiliar a compreensão das descontinuidades. Isso se dá pela grande rapidez das mudanças e também à existência de uma nova natureza intrínseca das instituições modernas como estados-nação e meios de produção.

Este período de radicalização, ou descontinuidade da modernidade é tratado por Giddens como uma segunda modernidade, e não um período posterior à ela, uma vez que não há rompimento integral, mas sim uma radicalização de processos e dinâmicas modernas. Entretanto, o fator mais marcante e cada vez mais crescente da segunda modernidade: a globalização. Neste contexto, Beck (1999, p. 30) classifica a globalização em sua obra *O que é Globalização?* como “os processos, em cujo andamento os Estados nacionais vêem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores internacionais.”.

O Estado, uma invenção da modernidade, apresenta como uma de suas características a homogeneização da sociedade que, em realidade, é composta por diversas comunidades com costumes, idiomas, dialetos, entre inúmeros outros aspectos sociais. Esta suposta homogeneização proposta pelos estados-nação, é tratada por Beck (1999) como a formação de um *container* social, uma vez que aparta estas sociedades umas das outras e cria identidades coletivas para estas e possibilita o controle estatal.

Estados são compostos por diversas comunidades com traços e características distintas. Isso inclui também o conceito de nação, cuja a etimologia é proveniente do latim *natīo,ōnis*, que atribui o significado de povo, raça, casta, entre outros. Portanto, o Estado como ator social de homogeneização entra em conflito com a questão de nação, sociedade e demais características associadas a grupos de indivíduos presentes individualmente dentro de territórios do Estado, uma vez que se apropria da questão da nacionalidade por meio da generalização dos povos que nele habitam. Isso se dá pela territorialização, ou pelo controle do espaço pelo Estado, que limita o espaço das sociedades individuais, pensando nestas por meio de identidades coletivas que as generalizam por atribuições políticas e econômicas e ignorando suas particularidades e interesses, impondo sua soberania tanto internamente quanto externamente (BECK, 1999, p. 52).

Apesar da ideia de os *containers* sociais parecer algo remoto à globalização como anteriormente significadas, há uma relação vinda justamente do processo de descontinuidade da modernidade anteriormente citado. Com o surgimento de organizações transnacionais, ocorre o rompimento da territorialidade política que possui três termos distintos de acordo com suas dimensões espaciais, temporais e sociais, baseado em Beck (1999): o globalismo, a globalidade e a globalização.

Tabela 1 - Termos e distinções para dimensões do rompimento territorial

Globalismo	• É caracterizado pela origem e ideologia neoliberal, apresentando a globalização em uma dimensão meramente econômica. • É observado em situações em que organizações e empresas transnacionais rompem a soberania econômica dos Estados nacionais.
Globalidade	• É a condição atribuída ao intercâmbio humano gerado pela expansão da modernidade, gerando uma sociedade mundial. • Traz a visão de espaços isolados e fronteiras como ficção. • Observado em formas de produção transnacionais, concorrência nos mercados, mídias globais, guerras, diplomacia etc. • Desmanche da unidade do Estado como ator homogeneizador.
Globalização	• Expansão da globalidade. • Intervenção da soberania do Estado por atores transnacionais. • Multidimensional (cultura, informação, economia, meios de produção, ecologia, etc). • Extensão nas redes relacionais regionais-globais em questão

	de tempo, espaço e densidade social.
--	--------------------------------------

Fonte: Autoria própria.

Como visto na tabela 1, a globalização se dá não apenas por dimensões econômicas, produtivas ou territoriais. Ela se dá justamente por sua multidimensionalidade, abrangendo também a globalidade e o globalismo, apresentando um caráter de inter-relação entre o regional e o global em todos os setores sociais. Em sua obra *O Mundo na Era da Globalização*, Giddens (1999, p. 22) afirma que “a globalização é política, tecnológica e cultural, além de econômica. Acima de tudo, tem sido influenciada pelo progresso nos sistemas de comunicação, registrado a partir do final da década de 1960.”

É difícil estabelecer precisamente uma data de início para a globalização. Pode-se dizer que há eventos históricos que marcaram seu desenvolvimento e eclosão, cada qual com sua peculiaridade, através de embates com as padronizações modernas anteriormente mencionadas, não representadas necessariamente por rompimentos, mas sim por radicalizações em ambientes evoluindo de maneira que ultrapassaram normas sociais vigentes e demandaram constante modificação e criação de novos costumes. Como alguns exemplos destes eventos, podemos citar:

- Desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (TICs), especialmente após o lançamento do primeiro satélite comercial em 1969, iniciando o estabelecimento da comunicação instantânea global. (GIDDENS, 1999, p.22)
- A implosão do complexo habitacional Pruitt-Igoe em Detroit, nos Estados Unidos, no dia 16 de março de 1972 (ORTIZ, 2009, p. 236): O inchaço urbano levou à construção de diversos conjuntos habitacionais na época, como um projeto de desenvolvimento e prosperidade social. Este conceito é marcado pela expectativa de que a natureza humana pode ser moldada e padronizada. O convívio social de mais de 20 mil pessoas distribuídas em 2.870 apartamentos idênticos resultou no caos e, conseqüentemente, na demolição do conjunto, superando a premissa da racionalidade moderna.
- Surgimento da acumulação flexível (HARVEY, 2000, p. 140), “marcada por um confronto direto com a rigidez do trabalho.”: Reorganização do capitalismo, a partir da flexibilização de processos de trabalho, mercados, produtos e padrões de consumo, observado especialmente nas políticas econômicas de hegemonia neoliberal propostas por Margaret Thatcher a partir de 1979 e Ronald Reagan em 1980.

A globalização, entretanto, não deve ser considerada apenas como um fenômeno de ordem mundial, que não é necessariamente incorporada pelo indivíduo. Isto é, o que ocorre é justamente o contrário: a globalização passa a ser também parte do comportamento humano

tanto coletivamente, quanto individualmente. Diariamente estamos sujeitos às consequências de ações geradas pela globalização e também incorporamos essas ações em nossos costumes e maneira de pensar, diminuimos e ignoramos fronteiras e temos constante contato com valores, influências e dinâmicas sociais.

O desenvolvimento da comunicação é um dos elementos que mais caracterizam a globalização praticamente todas as suas dimensões. Isto é, independente da expansão da globalidade ou da economia mundial, a comunicação e a maneira que lidamos cada vez mais rápido com a informação têm sido um aspecto fundamental para o avanço em cada um dos setores previamente mencionados. Um exemplo disto, é a transmissão por satélites, que transportam mais de um milhão de comunicações simultâneas, que podem dizer respeito desde a comunicação entre aeronaves ou navios, até movimentações da bolsa de valores.

A comunicação eletrônica instantânea não é apenas um meio de transmitir informações com maior rapidez. A sua existência altera o próprio quadro das nossas vidas, ricos ou pobres. Quando a imagem de Nelson Mandela nos pode ser mais familiar do que a do vizinho que mora na porta ao lado, é porque alguma coisa mudou na nossa vida corrente (GIDDENS, 1999, p. 23)

Neste sentido, pode-se dizer que a globalização não afeta somente grandes sistemas, mas também a maneira como interagimos sendo parte destes grandes sistemas, de sistemas menores e até mesmo individualmente. O fenômeno da globalização nos permite, diariamente, adquirir e repercutir valores, ideias e influências, de forma a produzir conexões que valorizem culturas locais e externas simultaneamente e que sejam absorvidas por diferentes grupos sociais de acordo com seus graus de interação.

Esta constante troca e absorção de informação, conhecimento, costumes tem se tornado algo tão inerente ao dia a dia contemporâneo, que muitas vezes perde-se a noção do que é local e o que é global. Suponhamos que temos um produto produzido e distribuído tanto no Brasil, quanto na Holanda. Uma organização de regulamentação descobre na Holanda que um dos componentes deste produto é cancerígeno e informa a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e demais agentes regulatórios brasileiros, causando uma mudança obrigatória na produção e distribuição deste produto. Este processo gera uma série de mudanças e adaptações não só no produto, mas também no mercado, nos acionistas, no consumidor e muitas vezes até mesmo em dinâmicas familiares. Em ambos os casos podemos observar a influência e coexistência entre as esferas.

A globalização, como parte de um processo social, parece ser o caminho ideal para a diminuição da desigualdade e exploração tanto cultural, quanto laboral. Entretanto, existem algumas questões que não devemos ignorar ao pensarmos sobre as consequências da globalização. Primeiramente, quando pensamos no fenômeno na esfera da comunicação, a

inclusão e disseminação de culturas é sim propagada por meio dos avanços tecnológicos e estratégicos da comunicação. Entretanto, esta inclusão e disseminação não atende à todas as populações que, devido à questões geográficas, políticas e econômicas, passam a ser excluídas deste contexto, não possuindo voz, reconhecimento e muitas vezes sequer acesso à informação e à comunicação, elementos tão característicos do desenvolvimento da globalização.

Outra questão a ser criticada, agora em relação à esfera política e econômica da globalização, é o surgimento de políticas neoliberais e o aumento da demanda e produção do mercado. Com a desigualdade em evidência, organizações multinacionais passam a desenvolver, produzir e montar seus produtos ao redor do globo com o intuito de diminuir o preço da produção e gerar maior lucro após a distribuição. Para isso, indivíduos de países menos desenvolvidos são utilizados como mão de obra barata e sem direitos trabalhistas relacionados à jornada de trabalho, ambiente, etc.

Um caso recente que demonstra o impacto da globalidade na desigualdade de maneira bastante clara foi a crise da empresa de tecnologia Apple, cujos fornecedores e montadores são fábricas chinesas que cometem violações a direitos humanos e trabalhistas com seus funcionários. Segundo as fábricas, Foxconn e Pegatron, foram as grandes demandas da empregadora e brechas nas legislações trabalhistas internacionais que fizeram com que cargas horárias dos trabalhadores aumentassem das 60 horas semanais estipuladas pela lei trabalhista chinesa para 80 horas semanais, casos de suicídio e mortes por exaustão de trabalhadores após turnos de mais de 30 horas consecutivas, cortes de benefícios pós reajustes do salário mínimo local, e diversos outros.¹

Figura 1 - Manchete do portal de notícias *online* Fortune, "11ª da Foxconn: Morte por Exaustão"

¹ Incidentes reportados em diversos jornais mundialmente, como [O Globo](#) (19/12/2014), Fortune (26/08/2016) e (04/06/2010), [Business Insider](#) (25/08/2016), [The Inquirer](#) (26/08/2016).

Foxconn's 11th: Death by exhaustion



By [PHILIP ELMER-DEWITT](#) June 4, 2010

An advocacy group claims the factory's latest workplace casualty followed a 34-hour shift

Hong Kong-based SACOM (Students & Scholars Against Corporate Misbehavior) has added fresh details to another death — the 11th this year — among the 420,000 workers at Foxconn's massive factory complex in Shenzhen, China.



Fonte: <<http://fortune.com/2010/06/04/foxconn-11th-death-by-exhaustion/?iid=sr-link4>>
Acesso em 11/10/2018

Estas são apenas algumas das problemáticas da globalização, que podem ser abordadas em todas as suas dimensões, como ecológica, política, social, cultural, e não somente na econômica e comunicacional. Por este motivo, se faz necessária a aplicação de regulamentações e políticas públicas e privadas não só internamente nos Estados, mas principalmente no sistema internacional com a ascensão de companhias trans e multinacionais no mundo.

1.2 Organizações Intergovernamentais, a globalização e territorialidade.

As Organizações Intergovernamentais são grupos de pessoas que representam Estados, sem necessariamente serem agentes oficiais dos Estados². Entretanto, suas ações e decisões são fundamentais para a formação de uma rede de apoio para os Estados que as compõem, através de debates, foros e prestação de serviços.

Antes de apresentarmos suas funções, formações e papéis na sociedade, é preciso compreender sua denominação e o motivo de denominamo-las *intergovernamentais*, ao invés de utilizarmos outros prefixos, tais quais trans, ou multi. Esta distinção gramatical se faz essencial neste caso. Organizações Multinacionais são organizações geralmente do setor privado que possuem uma sede ou matriz registrada em um país e diversas unidades em diferentes países que agem de acordo com a cultura, interesses e objetivos da unidade de origem. A diferença entre as Multinacionais e as Transnacionais é a ideia da centralização na sede, uma vez que nas organizações transnacionais, as filiais não seguem as diretrizes da

² As atribuições dadas às OIGS e suas diferenças para com agentes oficiais dos Estados serão explicadas no capítulo Organizações Intergovernamentais como Redes de Apoio.

Matriz, mas sim interesses específicos de acordo com suas necessidades e conexões no ambiente em que se encontram. Já as organizações internacionais, dois ou mais atores estão envolvidos em torno de um ou vários objetivos em comum, estabelecendo uma relação de conhecimento e cooperação mútua.

Estabelecidas as diferenças entre organizações multi, trans e internacionais, podemos relacionar a última diretamente com as OIGs, que não coincidentemente também são conhecidas como Instituições Internacionais. Através de suas ações anteriormente citadas, de promoção de foros de debate e prestação de serviços, as Organizações Intergovernamentais tentam garantir legitimidade política, autonomia e moderação entre e para os Estados, de acordo com o nível de desenvolvimento apresentados por estes. Segundo Herz e Hofmann (2004, p. 9), “as Organizações Intergovernamentais (...) são a forma mais institucionalizada de realizar cooperação internacional.”.

Há muito debate em relação a uma data oficial do surgimento das OIGs e da classificação destas dentro da categoria a que pertencem. Entretanto, pode-se dizer que o modelo deste tipo específico de organização surgiu na Europa, no século XIX, com a movimentação dos Estados na formação de alianças e acordos políticos. A partir da metade do século XX, principalmente pelos conflitos gerados pela I e a II Guerra Mundial, o estabelecimento e criação de novas OIGs foi fundamental para a mediação e relacionamento dos interesses dos Estados. Desde então, a quantidade de organizações internacionais vem aumentando consideravelmente. É importante ressaltar que existem diversos fatores que classificam, validam e tornam viável a contabilização deste tipo de organização específico. Segundo a União de Associações Internacionais (UIA) em sua edição anual do Anuário de Organizações Internacionais, existem quinze tipos diferentes de OIGs organizadas alfabeticamente em categorias de “Tipo A” a “Tipo U”, sendo estas³:

- **Tipo A - Organizações Internacionais Federativas:** Organizações em que, entre seus membros estão pelo menos três atores internacionais autônomos. Organizações que possuem papel focal entre agências especializadas e organizações que são detentoras organizações nacionais também podem ser incluídas na categoria. Ex.: Organização das Nações Unidas (ONU)
- **Tipo B - Organizações de Associação Universal:** Organizações cujas as associações representam pelo menos 60 países independente de distribuição, ou pelo menos 30 países distribuídos de maneira equivalente por todos os

³ Fonte: Union of International Associations (UIA), Yearbook of International Organizations 2018-2019. Disponível em <https://uia.org/sites/uia.org/files/misc_pdfs/pubs/yb_2018_vol4_lookinside.pdf>

continentes; As ações destas organizações também devem ser distribuídas de acordo com a localidade das associações. Organizações sem fins lucrativos internacionais, independente de estarem associadas aos Estados ou não. Ex.: Cruz Vermelha.

- **Tipo C - Organizações de Associação Intercontinental:** Organizações cujas associações e preocupações excedem a delimitação de um único continente, porém não na mesma extensão das organizações tipo B. Suas associações abrangem pelo menos dez países e deve ser distribuída de maneira equilibrada entre no mínimo dois continentes. Ex.: *BirdLife International*.
- **Tipo D - Organizações de Associação Regional:** Organizações cujas associações e preocupações estão restritas a uma região continental, subcontinental ou um grupo de países próximos. Devem possuir pelo menos três países ou atores internacionais autônomos. Seu título menciona apenas uma única região ou grupo de países. Ex.: Mercado Comum do Sul (Mercosul).
- **Tipo E - Organizações que emanam de lugares, pessoas e outros atores:** São organizações consideradas “emanadas” de outras organizações, lugares, pessoas ou produto proprietário, independente de associação. Funciona como um comitê compartilhado criado para conectar OIGs funcionando de maneira autônoma, podendo ser um centro ou instituto criado por estas organizações sob acordos internacionais com algum Governo em particular. Ex.: *United Nations Staff Mutual Insurance Society against Sickness and Accident* (UNSMIS)
- **Tipo F - Organizações de formato especial:** Organizações cujas características gerariam dúvidas quanto a classificação em algum dos tipos precedentes. Possuem dimensões internacionais, que as aproximam de OIs convencionais, exceto pela presença de termos específicos que implicam sua natureza (ex: campanha, programa, projeto, fundação, registro, brigada, movimento, clube, rede, etc.). Geralmente são organizações formadas por grupos despatriados ou exilados, podendo ser considerados não usuais, ilegais ou até mesmo questionáveis. Ex.: *United Nations Joint Staff Pension Fund*.
- **Tipo G - Organizações Nacionais com Orientação Internacional:** Órgãos governamentais bilaterais. Sua associação ou estrutura administrativa se limita a apenas um país, entretanto seu nome e/ou atividades indicam caráter internacional. Possuem status consultivo atribuídos por um ator da ONU. Ex.: Clube Unesco de Educação Artística.

- **Tipo H - Organizações Internacionais Inativas ou Dissolvidas:** Organizações que foram dissolvidas ou estão inativas e sem nenhum sinal de atividade por muitos anos, independente de serem classificadas em qualquer um dos tipos precedentes. Ex.: Conselho de Tutela da ONU.
- **Tipo J - Organizações Internacionais recentemente apresentadas ou propostas:** Organizações cuja as informações disponíveis não são suficientes para a classificação por serem muito recentes ou ainda serem somente propostas.
- **Tipo K - Subsidiárias e atores internacionais:** Unidades consideráveis compostas por uma estrutura organizacional internacional complexa. Ex.: Tribunal Criminal Internacional para Ruanda da ONU (ICTR)
- **Tipo N - Organizações Nacionais:** Organizações cujas associação ou estrutura de gestão é essencialmente limitada a um único país, enquanto seu título ou atividades parecem ser internacionais. Ex.: Rede de Defesa da Espécie Humana (REDEH).
- **Tipo R - Ordens Religiosas, Fraternidades e Institutos Seculares:** Organizações ou atores religiosos, militares ou de ordem fraterna, baseado em liderança carismática ou comprometimento com práticas religiosas específicas. Suas associações abrangem no mínimo três países. Ex.: Salesianas - Filhas de Maria Auxiliadora.
- **Tipo S - Conferências Autônomas em série:** Apesar de não serem organizações propriamente ditas, representam uma série de reuniões internacionais. As séries possuem nomes que podem ser assumidos como referências a atores internacionais. Ex.: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), também conhecido como *Rio+20*.
- **Tipo T - Tratados e Acordos Multilaterais:** Mesmo não sendo organizações propriamente ditas, ainda são constituídos pelo acordo mútuo entre Estados ou OIGs. O tratado, convenção, acordo, pacto ou protocolo deve ser assinado por pelo menos três atores. Ex.: BRICS (Bloco econômico - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).
- **Tipo U - Atores Não-Convencionais Inativos ou Dissolvidos:** Categorização atribuída para organizações dissolvidas ou inativas que não pertençam aos tipos A, B, C ou D.

A classificação acima é importante para compreendermos a complexidade enfrentada na categorização e contabilização, demonstrando também a amplitude do universo das OIGs. Portanto, para a presente pesquisa, as OIGs abordadas terão foco nas classificadas como “convencionais”, sendo estas as que se encontram nos tipos A, B, C e D. Por não possuírem características constantes e previsíveis, os demais tipos são de difícil mensuração e análise, necessitando serem trabalhados individualmente em detalhe.

Ainda segundo o anuário produzido pela UIA em 2018, existem 7.726 Organizações Intergovernamentais registradas no mundo até este ano. Dentre estas, 285 pertencem ao grupo de OIGs convencionais, 1.814 são consideradas apenas atores internacionais (tipos E, F e G), e 5.627 se enquadram no grupo especial ou não convencional. É importante ressaltar que, das 7.726 OIGs registradas, 2.825 estão atualmente desativadas, inativas ou foram dissolvidas.

Pode-se dizer que as OIGs pretendem ser órgãos genuinamente internacionais, com estruturas organizacionais formais e participação e ação em pelo menos três países simultaneamente. Nelas, os membros podem ter ação individual ou coletiva, devem ter direito a votos e a associação está aberta a qualquer entidade ou indivíduo reconhecido.

Como mencionado anteriormente, apesar de terem surgido no século XIX, as OIGs se estabeleceram e passaram a ter maior dimensão, influência e ação na segunda metade do século XX com o fim das Grandes Guerras e em meio a um cenário de tensão e instabilidade na política mundial. Cristina Pecequillo (2004) ressaltar, ao descrever este contexto, a necessidade que as OIGs passaram a sanar com suas ações, encontrando formas alternativas de relacionamento entre os Estados, que minimizassem a instabilidade descrita. A autora descreve o surgimento das Instituições Governamentais no seguinte trecho:

(...) As OIGs surgiram da premência de encontrar soluções para determinadas questões internacionais além da diplomacia tradicional, gerando espaços permanentes para a discussão periódica destas questões, funcionando como mediadoras. Adicionalmente, converteram-se em canais e redes de comunicação entre os Estados, facilitando sua atuação conjunta e perseguição de interesses e objetivos comuns. (PECEQUILO, 2004, p. 67)

O sistema internacional, sendo bastante heterogêneo, afirma o fato de que no cenário mundial os Estados não são iguais entre si, nos mais diversos aspectos, como quantidade de recursos, capacidade de negociação e diálogo, objetivos e interesses. As OIGs representam justamente uma parte do sistema que visa diminuir esta disparidade, garantindo estabilidade, possibilidade de voto, legitimidade política a Estados menos desenvolvidos, enquanto também estabelecem a moderação e limites aos mais desenvolvidos. Em suma, o principal objetivo das OIGs é promover igualdade entre os Estados, rompendo as relações de hierarquias para reduzir tensões mundiais.

Quando um Estado se associa à uma OIG, este se compromete com uma série de requisitos, como contribuições financeiras, militares, estruturais, etc que são acordadas de acordo com o tratado ou carta de fundação das instituições. Apesar de ser um sistema aparentemente estável e possuir regras previamente estabelecidas, a relação entre os Estados e as OIGs é um tanto paradoxal, uma vez que ao mesmo tempo que aceitam perder uma parte de sua soberania e provém a autonomia das OIGs, a soberania das próprias organizações não é maior do que a dos Estados, o que pode gerar conflitos quanto a decisões internas e externas dos países e as orientações das OIGs.

O caráter de moderação é uma das principais características das OIGs, uma vez que, estas formam um conjunto de redes de apoio aos Estados e as sociedades e comunidades neles presentes, gerando uma conduta e constante atividade de governança global. Essa moderação e rede de apoio geralmente são referentes à causas específicas, mas também podem ser baseadas em causas conjuntas como o caso da Organização das Nações Unidas (ONU). Isto é, geralmente, o que leva à formação das OIGs são arranjos *ad hoc*, que são “formas de cooperação voltadas para um problema específico em um tempo determinado” (HERZ e HOFFMAN, 2004, p. 10). Assim, todas as 285 OIGs ativas registradas possuem causas e interesses em comum, podendo estes ser economia, política, comércio, etc. Estes interesses, dentro do sistema internacional também podem ser categorizados em questão de localidade (global ou regional) e propósito:

- **Propósito Abrangente (PA):** Organizações que cumprem funções diferentes em áreas diferentes.
- **Propósito Único (PU):** Organizações com objetivos específicos.

Como visto anteriormente, as especificações das tipologias das OIGs convencionais permitem a diversidade de propósito e dimensão da presença e das atividades de acordo com cada instituição. Instituições Internacionais podem ser de propósito abrangente ou propósito único e atuar global ou regionalmente, independente do propósito. Observemos alguns exemplos de OIGs a seguir:

Tabela 2 - Propósitos e Abrangências de Organizações Intergovernamentais

Propósito	Atuação	Organizações
Propósito Abrangente (PA)	Global	Organização das Nações Unidas (ONU)
Propósito Abrangente (PA)	Regional	União Europeia (UE), Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), União Africana (UA)

Propósito Único (PU)	Global	Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial da Saúde (OMS)
Propósito Único (PU)	Regional	Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPEP)

Fonte: Autoria própria.

Independente do propósito e a abrangência das OIGs, é muito importante frisar a questão da localidade quando tratamos deste tipo específico de organização no cenário da globalização. Como mencionado anteriormente, o conceito de localidade passa a possuir inúmeros significados e dimensões com o fenômeno estudado. Isto não se aplica somente à percepções individuais, mas também à aspectos ligados ao sistema internacional.

A noção de territorialidade ligada à imposição do isomorfismo proposta pelo conceito de Estado-nação é bastante discutida no debate em relação à real soberania destes. A ideia da homogeneização cultural e social se encontra em conflito com o projeto da globalização. Isto ocorre justamente pois os grupos sociais separados pelas barreiras territoriais do Estado agora possuem mais ferramentas de manutenção e promoção de sua cultura, facilitando sua união e propagação além das fronteiras. Entretanto, simultaneamente, a globalização em conflito com a territorialização também estimula o movimento migratório humano, que pode ser positivo vide o aspecto turístico, mas também pode ser crítico à maioria dos Estados, em seu formato proposto pelo projeto da modernidade, que não possui estrutura para gerenciar e acolher. Com isso surgem as crises de refugiados e expatriados, por exemplo, e diversas crises sociais causadas por estes movimentos.

Apesar das crises geradas pela noção de translocalidade, podemos observar também pontos positivos quanto ao potencial das translocalidades que, segundo Arjun Appadurai (1997), podem ser descritas como locais que

criam condições complexas para a produção e reprodução da localidade, na qual laços de casamento, trabalho, negócios e lazer tecem uma rede formada por várias populações circulantes e vários tipos de “nativos”, gerando localidades que pertencem a determinado Estado-nação mas são, sob outro ponto de vista, o que podemos chamar de translocalidades. (APPADURAI, 1997, p. 35)

Com o crescimento de translocalidades ao redor do mundo, é possível observar também um conflito abordado por Appadurai (1997) quanto à dicotomia da cidadania em um mundo cada vez mais tomado pelo fenômeno da globalização. A ideia moderna de homogeneização e de marcadores de pertencimento nacional entra em embate com a radicalização cultural em ascensão quando tratamos da obtenção e do exercício dos direitos

individuais e coletivos. Ou seja, apesar das sociedades estarem cada vez mais sob a influência da globalização e heterogeneização, elas continuam moldadas sob uma concepção moderna de cidadania, que é universalizada e ideal para guiar comunidades homogêneas. O problema é que este tipo de modelo visa aplicar igualdade de maneira universalizada antes de proporcionar equidade, criando uma cadeia de desigualdade em uma sociedade que não cabe mais nos padrões modernos. Em seu discurso no Fórum Nacional de Boao para a Ásia no dia 11 de abril de 2018, António Guterres, secretário-geral da ONU, declarou “A globalização trouxe muitos benefícios — a integração das economias mundiais, a expansão do comércio, importantes avanços nas comunicações e na tecnologia (...) Mas muitas pessoas foram deixadas para trás”, afirmando também que o fenômeno é irreversível e que a desigualdade é sistêmica e crescente, podendo ser erradicada por propostas e ações globais e multilaterais⁴.

As OIGs, além de um sistema de governança global, também se comprometem com o que, na comunicação, chamamos de *stakeholders*. Estes *stakeholders* nada mais são do que todos os públicos de uma organização, sem a generalização de interno ou externo, compondo todo e qualquer ator que possa se relacionar ou ser afetado pelas organizações. Ou seja, as OIGs atuam em um sistema político e econômico internacional, mas também de forma a afetar diversas populações e questões públicas e privadas específicas de nações.

Atualmente, as OIGs, cada qual com seu propósito e abrangência, têm um papel fundamental no estabelecimento do exercício da cidadania para comunidades deslocadas ou desprovidas pelos Estados. Um exemplo disso, são as agências especializadas da ONU, ou até mesmo pela própria ONU, como as campanhas de defesa e segurança militar que fazem inspeções locais no Iraque e outros cenários de guerra, tanto para impor sanções aos próprios Estados que participam da guerra, quanto para prover apoio aos civis afetados pelo evento.

Esta função social das OIGs deve ser discutida no âmbito de suas possibilidades e seu alcance como integrantes da rede de apoio aos Estados membros. Para isso, no próximo capítulo serão apresentados os mecanismos que estas organizações utilizam em seus processos de moderação, aconselhamento e ação. A partir disso, retomaremos a questão das consequências e também do relacionamento para com seus diferentes públicos, criando um paralelo entre os processos mencionados e a comunicação, em especial as Relações Públicas, como um processo social.

⁴ Disponível em <<https://nacoesunidas.org/na-china-chefe-da-onu-pede-globalizacao-mais-justa-e-acao-contra-mudanca-climatica/>> Acesso em 14/10/2018.

2 . Organizações intergovernamentais como redes de apoio

Estabelecidas as definições e atuação das Organizações Intergovernamentais no contexto atual, é preciso posicioná-las na sua sociedade de acordo com sua jurisdição. Isto é, é importante reafirmar que as OIGs não são agentes nacionais oficiais, mas sim organizações que visam estabelecer uma rede de comunicação e mediação entre os Estados com o objetivo de promover estabilidade global.

As OIGs não são órgãos pertencentes aos Estados, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por exemplo. Elas são organizações com regras próprias e processos burocráticos distintos aos dos Estados que as compõem, possuindo o que Pecequillo (2004, p.69) denomina *autonomia relativa*. Ao mesmo tempo que são independentes aos Estados, as OIGs ainda são politicamente relacionadas a eles e dependem ainda da influência social e contribuição econômica dos mesmos como membros e ocasionalmente fundadores. Este embate entre autonomia e dependência das OIGs em relação aos Estados nos faz questionar a eficiência e integridade destas, uma vez que permite que alguns Estados não acatem as regras das organizações em benefício próprio.

Apesar da problemática da credibilidade, as OIGs ainda são componentes essenciais para a aproximação dos Estados, e moderação de conflitos e interesses internacionais. As Organizações Internacionais, assim como o fenômeno da globalização previamente discutido, são atores multidimensionais, transnacionais e políticos que possuem mecanismos específicos de estabilização do sistema internacional para as respectivas características de dos contextos de suas ações, tais quais apresentados por Herz e Hoffman (2004, p.13) no quadro a seguir:

Figura 2 - Mecanismos de Estabilização do Sistema Internacional, proposto por Herz e Hoffman

ALGUNS MECANISMOS DE ESTABILIZAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL: ● Arranjos ad hoc: Criados para gerar cooperação em um momento específico. ● Multilateralismo: Prática que envolve o estabelecimento de princípios que norteiam a relação entre os atores. A indivisibilidade e a reciprocidade difusa também são algumas de suas características. ● Regimes internacionais: Princípios, normas, regras e procedimentos que regulam as relações entre os atores em uma área específica. ● Alianças militares: Coalizões entre Estados formalizadas para enfrentar ameaças externas às mesmas. ● Segurança coletiva: Sistema baseado no compromisso de uma reação coletiva no caso de ameaça à paz ou à segurança de qualquer Estado. ● Balanço de poder: Sistema flexível de alianças entre Estados designado a evitar a

preponderância de um determinado Estado. A sua base é a expectativa comum de que, quando as relações de poder mudam, os Estados irão continuamente mudar suas alianças para manter um equilíbrio e evitar a gestação de um sistema hegemônico ou de um império.

- **Zonas de influência:** São regiões em que uma potência exerce influência predominante, limitando a independência e a liberdade de ação das entidades políticas. Durante a Guerra Fria, o respeito pelas zonas de influência da União Soviética e dos Estados Unidos era uma das normas que garantia a estabilidade do sistema.
- **Estabilidade hegemônica:** Refere-se ao papel de uma potência hegemônica que garante instituições internacionais, como no caso da *pax britânica* no século XIX ou da *pax americana* após a Segunda Guerra Mundial.
- **Concerto de Estados:** Sistema de conferências entre as grandes potências do século XIX para a administração coletiva de suas relações. Pode também ser utilizado como um conceito aplicável a qualquer momento histórico em que as grandes potências assumem coletivamente a administração do sistema internacional através de negociações.
- **Direito internacional:** Conjunto de normas e princípios encontrados nos tratados e convenções internacionais e oriundos do costume.
- **Práticas diplomáticas:** Processos de negociação, formação de acordos e assinatura de tratados e o exercício de influência e pressão pelos Estados realizados por meio de canais de comunicação diplomáticos. As normas da diplomacia permitem o contínuo fluxo de comunicação, mesmo em situações de conflito ou até de guerra.
- **Cultura internacional:** Valores e normas universalizados, como resultado da intensificação das relações entre diferentes atores no sistema internacional.

Fonte: Adaptado de HERZ, M.; HOFFMAN, A. R., 2004, pp.13-14

Através destes mecanismos, as OIGs prestam apoio, mesmo que eventualmente desconsiderado pelos Estados, e estruturam relações e potenciais de influência que afetam mercados, conflitos armados, sistemas de saúde e, conseqüentemente a população civil. Neste capítulo, será observada a função social das OIGs com base nos reflexos dos processos internacionais em que participam e como sua influência (ou a falta dela) em políticas nacionais ou regionais podem afetar comunidades. Uma vez ressaltado o papel social das Organizações Internacionais e seu impacto em diferentes esferas, será retomada também a questão dos públicos devido ao poder de influência destas.

2.1 A função social das organizações intergovernamentais

Retomando a questão das conseqüências da globalização na atualidade, a esfera política é um dos fatores mais impactados pelas Organizações Intergovernamentais. Isto se dá tanto pelo caráter de suas ações, mas também pelas demandas sociais relacionadas à esfera

política que vêm mudando e se adaptando com o decorrer do desenvolvimento das demais dimensões da globalização. Ou seja, com as consequências da internacionalização dos mercados, o enfraquecimento das fronteiras modernas e os avanços tecnológicos e, conseqüentemente, comunicacionais, podemos observar também mudanças quanto às demandas relacionadas aos direitos humanos.

A política internacional como conhecemos hoje é um fator muito mais importante para os Estados, que vêm se tornando cada vez mais conscientes de sua participação global, vide o aumento significativo do número de OIGs desde a Segunda Guerra Mundial previamente apresentado. Para Vescovi e Fiabane (2017), além da consciência acerca da participação, os Estados hoje também possuem uma maior noção da conexão que possuem devido a interesses em comum quanto o respeito à independência, acordos, costumes e convenções de guerra.

A mudança das demandas sociais, somadas ao reconhecimento de interesses em comum por parte dos Estados, demonstra que

a humanidade está passando por uma remodelação jurídica, na qual se constata uma nova interação entre o direito interno das nações e a ordem internacional em sentido amplo(...) O valor da dignidade humana passou a ser protegido em nível supranacional(...) (VESCOVI e FIABANE, 2017, p. 135)

A soberania dos Estados muitas vezes ainda representa um obstáculo quanto ao caráter político das OIGs por meio de resistências e transgressões. Entretanto, as OIGs podem intervir na soberania dos Estados caso o próprio Estado peça a intervenção, quando se trata da defesa de um Estado ameaçado, e quando há necessidade de proteção a pessoas estrangeiras sob autoridade de governos opressivos.

Existe, porém, uma dicotomia também quanto ao papel social das OIGs. Ao mesmo tempo que elas visam propor soluções e espaços deliberativos para a diminuição da desigualdade e violência global, as OIGs também oferecem espaços de negociações econômicas chamadas *assistências externas* que, apesar do nome não são livres de interesses. Frequentemente países realizam, por exemplo, empréstimos a outros Estados em condições de vulnerabilidade com o intuito de receber o pagamento por estes com juros altíssimos, gerando lucro ao país que prestou a assistência e endividando os demais. Segundo Vescovi e Fiabane (2017), outro caso comum, especialmente por potências militares, é a oferta de intervenções humanitárias, que acabam sendo na realidade intervenções militares mascaradas.

Apesar das falhas causadas pela imposição da soberania dos Estados, as OIGs ainda representam a magnitude das perspectivas sociais para com o desenvolvimento dos direitos humano, acompanhando demandas sociais, interesses, e exigências circunstanciais de

acontecimentos sociais e a necessidade de intervenção nestes, mesmo com bases modernas universalizadas⁵.

Independente da universalização e das falhas, o objetivo das OIGs ainda é o desenvolvimento social. Este desenvolvimento teria origem de acordo com o caráter de boa governança global das OIGs por meio de suas ações. A governança, sendo originalmente um fenômeno corporativo (SANTOS e CARRION, 2011), passou a se enquadrar na dinâmica internacional das OIGs especialmente por meio do Relatório da Comissão sobre a Governança Global de 1995 (HERZ; HOFFMAN, 2004). As OIGs pretendem, entretanto, garantir uma ordem mundial mais justa e horizontal em contraposição às hierarquias do poder e disputas entre nações agravadas pelo setor financeiro e militar.

Para tanto, (a governança global) oferece como propostas promover a segurança dos povos e do planeta, gerenciar a economia global, reformular a Organização das Nações Unidas (ONU) e garantir a aplicação das leis na esfera mundial, com as medidas pretendidas não sendo garantidas por uma autoridade formal (Herz; Hoffman, 2004 *apud* SANTOS; CARRION, 2011, p. 1862)

Dentre suas funções e objetivos, existem diversos processos e protocolos aos quais as OIGs devem se ater durante seu funcionamento e atividades. Entretanto, mais do que burocracias e procedimentos, devemos entender estes processos como parte de uma dinâmica social que envolve muitos outros atores e ambientes além das próprias OIGs. A seguir, será proposto o desenvolvimento dos processos de Organizações Intergovernamentais como processos sociopolíticos democráticos, multilaterais e interativos para com os demais atores previamente mencionados.

2.2 Os processos das Organizações Intergovernamentais

Observando a função social das OIGs, é possível identificar uma semelhança com os processos da comunicação, em especial das Relações Públicas, como proposto por Simões (2001), em sua obra *Relações Públicas e Micropolítica*. O processo das Relações Públicas, também chamado pelo autor de *processo sociopolítico* é baseado em um sistema de cooperações e conflitos entre as organizações e seus públicos. Neste processo, a função organizacional política das organizações é definida por Simões (2001, p. 23) como “a contribuição do conjunto de programas de ação (políticas, normas, procedimentos, atividades, serviços e produtos) para a integração dos interesses comuns e específicos da organização para com seus públicos, evitando o conflito e levando-os ao estágio de cooperação.”. Esta

⁵ Um exemplo disso é um dos próprios documentos que fundamentam quase toda a atividade da ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Apesar de não possuir validade legal, este documento é base para dois instrumentos importantíssimos para a lei internacional, o Pacto Internacional dos Direitos Civis (1996) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1976).

deve ser mantida para garantir que as organizações alcancem seus objetivos, de acordo com suas missões, de forma a conseguir prever e influenciar percepções sociais, que dependem também do desenvolvimento social e de como as organizações o acompanham. Um dos principais fatores que envolvem o processo sociopolítico é o poder e a capacidade de “ação intencionada de intervenção, pelo ser humano no processo, tanto para mantê-lo em determinada direção, quanto para corrigir seu rumo.” (SIMÕES, 2001, p. 35).

Uma teoria interessante que também se assemelha ao processo sociopolítico das OIGs é a perspectiva pós-moderna das relações públicas, apresentada por autores como Holtzhausen, Voto, McKie e Mushi (GONÇALVES, 2015), que visa observar as atividades organizacionais de maneira democrática, multidimensional e que integrem diferentes atores sociais na estratégia organizacional. Ao que tange esta teoria, é importante ressaltar que, ao fugir da universalização dos processos proposta pelas teorias funcionalistas de relações públicas, ela ainda assume que processos de democratização, igualdade e diversidade são ilusórios nos processos organizacionais. Portanto, nessa teoria, identificamos a crítica ao caráter de interesse organizacional das OIGs previamente mencionado, que seria uma barreira na construção de relacionamentos benéficos com atores além das próprias OIGs na sociedade.

A proposta da governança das OIGs também é um fator essencial a ser considerado em seus processos, estabelecendo uma semelhança com questões sociais abordadas por diversas perspectivas das relações públicas, inclusive a de Simões (2001), tais quais a legitimidade, intercompreensão e reflexividade geradas pelas organizações em suas interações. Para Holtzhausen (2000), o papel das relações públicas contemporâneas acompanha e auxilia o processo de rompimento das metanarrativas modernas mesmo sendo fundadas nestas, assim como as OIGs.

A política contemporânea não é uma batalha de classes e economia, mas uma batalha entre os valores sociais dominantes e os valores e necessidades de grupos sociais menores e mais radicais. A luta de classes moderna se torna uma batalha pós-moderna por reivindicar valores individuais em face dos valores sociais dominante. Ao estarem envolvidas neste processo de maneira ativista, as relações públicas podem liberar uma força poderosa de mudança social. (HOLTZHAUSEN, 2000, p. 102).

Assim como qualquer organização, independente dos setores sociais e da abordagem comunicacional escolhida, o relacionamento com os públicos é a chave dos processos sociopolíticos das OIGs, uma vez que elas são alguns dos principais agentes do sistema internacional, afetando e interagindo com todo tipo de ator social, como outros Estados, outras OIGs, organizações públicas e privadas, e a sociedade civil. O aumento da interação e da atuação do sistema internacional, ocasionado principalmente pelo fenômeno da

globalização, demanda cada vez mais a compreensão e cooperação entre povos e organizações de diferentes culturas, assim se relacionando diretamente com o papel ativista das relações públicas previamente mencionado.

(...) a Organização das Nações Unidas, e outras inúmeras instituições participam da construção e destruição de relacionamentos. Entretanto, tais organizações possuem limitações, o que sugere uma grande necessidade de orientação para a construção e manutenção de relacionamentos. (CULBERSTON, 1996, p. 1)

Assim, observamos que dentro dos processos das OIGs os públicos são os principais atores de incentivo, promoção, interação e reflexão de ações, recomendações e suportes direcionados à governança global. A forma em que as próprias OIGs e seus processos se relacionam com os públicos, entretanto, deve ser cautelosa, personalizada e nunca universalizada. E, apesar da proposição de objetivos em comum à governança global, cada Estado, povo, organização ou quaisquer outros atores devem agir e ser abordados de maneiras singulares, como veremos a seguir.

2.3 Organizações intergovernamentais e os públicos

Uma vez discutida apresentada a questão da função social das OIGs como plataformas não só de apoio aos Estados, mas também de garantia da governança global entre eles, é importante compreender também a quem as OIGs envolvem e afetam. Isto é, exploraremos agora quais são os atores dos processos das organizações, como é sua participação e como contribuem e são atingidos na busca pelo desenvolvimento social através da cooperação internacional.

A relevância da discussão dos públicos das organizações pode ser identificada especialmente no aspecto da missão pela governança, uma vez que existe uma relação de dependência entre as organizações e seus públicos. Simões (2001, p.53), desenvolve esta questão ao afirmar que “a organização, caso não obtenha, para suas decisões, a cooperação de seus públicos, provavelmente se defrontará com muitos obstáculos em sua trajetória e terá sua missão comprometida”, e descreve esta relação como uma *alternância inopinada* ou *equilíbrio dinâmico*.

Os atores envolvidos pelas e nas atividades das OIGs podem ser encontrados tanto dentro quanto fora delas, como em quaisquer organizações de outras naturezas. Neste sentido, são aplicáveis os componentes e dinâmicas do processo das organizações propostas por Simões (2001, p.53), que consiste em três elementos:

- Os *componentes*: identificados como partes dos sistemas.
- As *dimensões*: qualificam as relações sociais.

- *As etapas dos problemas*: caracterizam os sintomas das relações.

Os *componentes* dizem respeito aos indivíduos que formam as organizações e desempenham suas funções, porém sem se limitar à organização e, conseqüentemente, transmitindo valores internos a elas para com atores externos a elas, e vice-versa. Neste elemento podemos identificar a importância da identificação entre os valores das organizações e todos aqueles que com elas interagem, em especial os que estão dentro delas, uma vez que “a composição dos públicos (...) caracteriza-se, também, pelo potencial de poder que cada um pode exercer ante os interesses da organização, com variada probabilidade de bloquear sua missão” (SIMÕES, 2001, p. 54).

Um exemplo bastante recente da ação de indivíduos associados à organizações, que pode ser considerado uma maneira de utilizar este elemento a favor das próprias organizações foi o estabelecimento da Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável⁶, proposta pela ONU em 2015. A agenda propõe 17 objetivos de desenvolvimento e 169 metas a serem alcançados até o ano de 2030.

A Agenda 2030 é uma proposta de governança que visa servir como um plano de ação colaborativo para o desenvolvimento por parte das pessoas, da própria ONU, organizações parceiras, Estados membros e todas as partes interessadas. Os objetivos e metas que compõem a declaração não servem apenas como base de implementação de políticas públicas e cooperação civil, mas também como uma ferramenta de localização de identificação pessoal e coletiva de causas que podem ser adotadas por todos os públicos da organização e trabalhadas em esfera individual, coletiva, local, regional ou global. Independente do uso e aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030 reforça o propósito da ONU, envolvendo seus públicos de maneira a fortalecer sua missão e seus relacionamentos. A seguir, a identidade visual da campanha com todos os objetivos resumidos:

Figura 3 - Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU



Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> acesso em 30/09/2018

⁶ A Declaração da Agenda 2030 pode ser acessada na íntegra através do site: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

O segundo elemento, composto pelas esferas e *dimensões* dos relacionamentos, diz respeito a inúmeros aspectos das relações sociais entre organizações e seus públicos. Assim como a globalização, os relacionamentos são multidimensionais, podendo englobar a dimensão cultural, ideológica, política, entre outras. Um dos processos fundamentais da relação organização-públicos é o da comunicação em conjunto com os relacionamentos “no qual a *informação* é a matéria-prima, formam um sistema social. A sociedade implica uma relação social. Ao existir, toda sociedade faz cultura, logo, toda relação social possui uma dimensão cultural.” (SIMÕES, 2001, pp. 54-55).

A multidimensionalidade dos relacionamentos entre organizações e seus públicos se dá justamente pela maneira em que estão interligadas. Sendo assim, a dimensão cultural dos relacionamentos exige, por exemplo, recursos e faz com que toda dimensão cultural seja também econômica. A dimensão econômica, por sua vez, exige a influência e de outros atores sobre os recursos, fazendo com que toda dimensão social, cultural e econômica, seja também política e estabeleça, por suas demandas, relações com outras dimensões, tais quais históricas, ideológicas e filosóficas.

A dimensão *filosófica* é a última abordada por Simões (2011) em sua teoria, pois diz respeito à ética nas relações entre as organizações e seus públicos. Para o autor, as organizações e, consequente, as ações humanas refletem a ética das organizações no tocante à responsabilidade social.

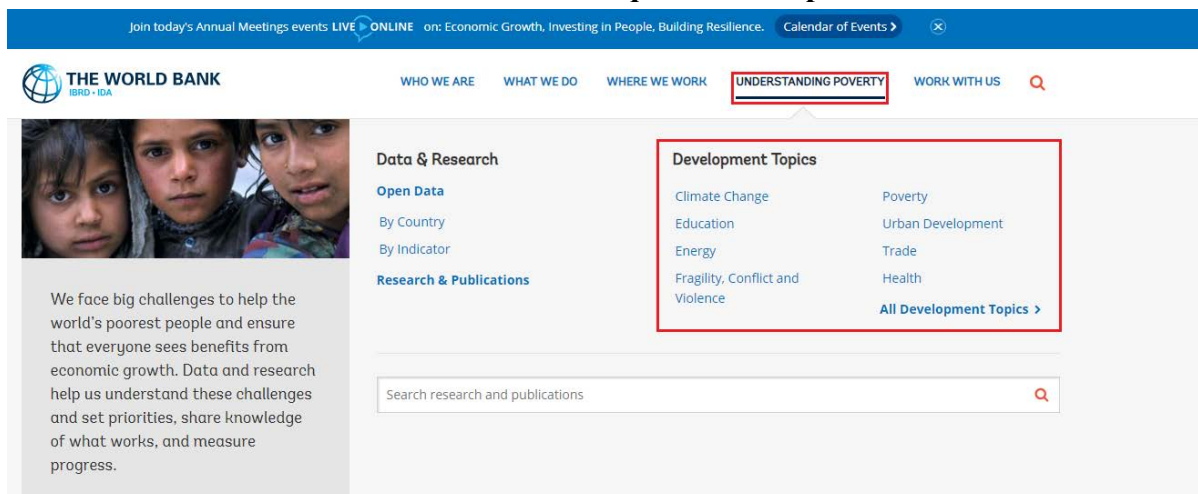
A multidimensionalidade das esferas do relacionamento entre organizações e seus públicos pode ser observada na missão do Grupo Banco Mundial, também conhecido apenas por Banco Mundial (BM). O grupo, apesar de ser uma agência especializada da ONU, é um órgão independente que participa de processos em conjunto com a organização, inclusive da Agenda 2030 anteriormente mencionada, mas não segue necessariamente os mesmos processos dela.

O Banco Mundial tem como missão erradicar a pobreza mundial, auxiliando países em desenvolvimento com empréstimos sem juros e oferecendo fundos para causas específicas. Porém, mais do que isso, em suas ações o grupo compreende a multidimensionalidade de sua missão, suas atividades e, consequentemente, de seu relacionamento com os públicos. Isto pode ser observado no portal online do Banco Mundial, aba *Compreendendo a pobreza*⁷, em que é possível encontrar *hiperlinks* que direcionam o usuário para páginas que informam

⁷ Tradução livre.

como mais de 30 fenômenos e fatos sociais mundiais afetam não só a missão de compreender e erradicar a pobreza, mas também como influenciam a pobreza em si.⁸

Figura 4 - Aba do portal *online* do Banco Mundial, com tópicos de desenvolvimento que afetam a pobreza.



Fonte: Adaptado do portal <<http://www.worldbank.org/>> acessado em 01/10/2018

O último elemento da *dinâmica de relacionamento organização-públicos*, proposta pelo autor, são as chamadas *etapas*. Nestas etapas podem-se observar os estados resultantes dos elementos anteriores do processo, como satisfação, insatisfação, crise, soluções violentas, etc. Este elemento pode ser bem visualizado na recente⁹ recomendação da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) em relação à necessidade de uma reforma das normas do comércio internacional.

A recomendação foi efetuada como resultado da crise agravada pela alta taxa de impostos referentes ao comércio de serviços, que representa grande parte do atual produto interno bruto (PIB) mundial. Neste cenário, as organizações financeiras citadas recomendaram aos Estados a reforma por causa da desaceleração do crescimento econômico atual, ocasionada pela disputa comercial entre grandes potências econômicas mundiais, como a China e os Estados Unidos. Agora, os diferentes públicos do FMI, BM e OMC serão afetados, ocasionando novamente os demais elementos e posteriormente as *etapas*, formando um ciclo nos processos de relacionamento organização-públicos.

Assim, observamos como os diferentes elementos e dinâmicas entre as organizações, seus públicos e suas dimensões formam parte de um processo contínuo, que origina novas

⁸ No portal, o Banco Mundial trata como tópicos essenciais à discussão e erradicação da pobreza a agricultura, a mudança climática, a competitividade do mercado, a gestão de riscos de desastres naturais, o desenvolvimento tecnológico, gênero, educação, e muitos outros que podem ser encontrados para consulta em <http://www.worldbank.org/en/topic>

⁹ Reportado no dia 30/09/2018 por diversas mídias locais e internacionais, como [G1](#), [The Guardian](#), [Bloomberg](#), [Dinheiro Vivo](#).

consequências e processos conforme ocorre, de acordo com a geração de conflitos e cooperações.

O processo proposto por Simões (2001) é parte de uma teoria aplicada não só às organizações, mas também às próprias Relações Públicas como ator ativo da função organizacional sociopolítica. Isto é, as relações públicas são muito mais do que um mero instrumento ou ferramenta de gestão organizacional, sendo uma esfera em si do processo em que se encontram e interagem as relações de poder em suas diversas dimensões, podendo afetar dinâmicas sociais por meio de suas influências global e localmente, como será apresentado no capítulo a seguir.

3. Global x Local: Ações e influência das organizações intergovernamentais

Relacionando diretamente os processos sociopolíticos organizacionais às relações públicas, podemos compreender com mais clareza a importância de observar e trabalhar com cada cenário de relacionamento organização-públicos, inclusive quando os públicos forem outras organizações, de maneira singular e não universalizada. Na esfera das OIGs, as relações públicas podem ser vistas então como um ator importante nos processos de desenvolvimento de políticas internacionais, que afetam os mais diversos públicos em escalas globais, regionais ou locais.

Podemos assim dizer que as OIGs desempenham um papel de influência não só em sua própria dinâmica organizacional, mas também em dinâmicas sociais em níveis diferentes, por meio de inúmeros canais e ações, impactando sociedades e gerando mudanças positivas ou não em cada caso específico. Isto é, a geração de imagem, percepções e, consequentemente, reputação também é um fator ativo que influencia o relacionamento entre as OIGs e seus públicos, por mais que estas sejam organizações consolidadas no sistema internacional mundial. Além disso, assim como seus processos são semelhantes, as OIGs e as relações públicas também estão diretamente ligadas em um paralelo quanto às suas funções na sociedade e nas organizações respectivamente, fazendo com que as OIGs sejam os atores dos processos sociopolíticos de relações públicas entre Estados, sociedade civil e demais organizações.

Neste capítulo, será abordada a concepção das OIGs não só como redes de apoio e moderação dos Estados, mas também como influenciadoras, que atingem diretamente dinâmicas sociais, por meio da responsabilidade social em meio a seus diferentes cenários de atuação. Para tanto, serão trazidos exemplos de ações das organizações intergovernamentais que refletem o impacto destas e evidenciam também o caráter transnacional em seus públicos.

3.1 A comunicação e riscos à dinâmica social

Ao discutirmos as OIGs como agentes de relações públicas mundiais, não podemos deixar de abordar a comunicação, uma vez que esta é um dos principais componentes das relações de poder, e os riscos impostos às dinâmicas sociais em diferentes contextos. Um exemplo prático disso pode ser a questão da crise dos refugiados que vem se tornando uma questão social muito presente atualmente. A ONU, ou mais especificamente o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), é o órgão intergovernamental mais presente internacionalmente em causas e ações para refugiados globalmente. Apesar de seu objetivo ser semelhante em todas as suas operações ao redor do mundo, suas abordagens

para com os Estados e até mesmo os próprios refugiados não podem ser semelhantes em todas as suas operações, uma vez que em cada localidade e conflito envolvidos, os refugiados e Estados possuem características culturais, econômicas, políticas e sociais diferentes. Se cada uma das 68,5 milhões de pessoas deslocadas à força no mundo¹⁰ fossem tratadas de maneira universalizada, sem o reconhecimento de suas necessidades e características específicas, não haveriam resultados positivos nas políticas e ações efetuadas.

Hofstede (1980) equalizou cultura à personalidade; ele explicou que cultura é para a sociedade o que a personalidade é para o indivíduo. Em seu estudo sobre 39 nações, ele encontrou tanto similaridades quanto diferenças importantes nas culturas. Então, temos que rejeitar a hipótese de *cultura-inexistente*, que argumenta que os efeitos culturais em organizações através do mundo são relativamente estáveis. (VERČIČ, GRUNIG e GRUNIG, 1996, p. 47)

Assim, ao abordarmos com fatos sociais para o desenvolvimento, como no caso dos refugiados, é preciso estabelecer três fatores indicados por Van Leuven e Pratt (1996) para o estabelecimento da comunicação e das relações públicas em cada contexto, estes sendo:

- *Forças de Níveis Sociais*
- *Abordagem social ou funcionalista*
- *Tipos de relacionamentos estabelecidos*

A ação comunicativa por parte das OIGs, assim como das demais organizações, deve se ater a características específicas da localidade de atuação da organização. Em países em desenvolvimento, onde pode-se observar ampla atuação das OIGs, é possível observar particularmente como as *forças de níveis sociais*, como a infraestrutura da comunicação, o impacto do mercado na economia local, estabilidade política e a integração cultural e linguística influenciam as possibilidades de comunicação e relacionamento (VAN LEUTEN; PRATT, 1996, pp.98-99). Quanto aos fatores relativos às *forças de níveis sociais*, os autores elaboram ainda como cada um influencia o processo, como podemos ver a seguir:

Tabela 3 - Forças de Níveis Sociais, segundo Van Leuten e Pratt (1996)

Infraestrutura Comunicacional	A urbanização está diretamente ligada à estrutura comunicacional social de cada região, afetando assim o alcance e a penetração das organizações através de diferentes meios de comunicação. Zonas mais rurais, por exemplo, requerem o uso de interações interpessoais para o estabelecimento e manutenção do relacionamento com a sociedade civil.
Impacto Econômico do Mercado	O desenvolvimento do mercado influencia não só o posicionamento do governo perante questões sociais, mas também a percepção da própria organização e

¹⁰ Estimativa oferecida pelo portal *online* da ACNUR, disponíveis em <<http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>, acessado em 14/10/2018.

	acolhimento ou não da organização de acordo com a forma que ela se relaciona com a sociedade, uma vez que os públicos se tornam mais conscientes de como cada tipo de organização interagem com os mesmos.
Estabilidade Política	A estabilidade política está diretamente relacionada com a tolerância que determinado Estado possui com dissensos e, conseqüentemente, com a atenção que o Governo oferece à causas e pressões sociais e políticas.
Integração Cultural e Linguística	Índices de alfabetização e a presença de dialetos influenciam também a linguagem e os meios pelos quais os relacionamentos serão estabelecidos.

Fonte: Autoria própria.

A maneira como organizações interagem com seus públicos não nos mostra somente a mensagem que querem transmitir, mas estabelecem através do conjunto de ações e interações, seus valores e seu comprometimento para com suas missões e como estas afetam os públicos. Ainda na questão referente aos refugiados, um exemplo de influência à dinâmica social do grupo em questão, podemos mencionar a iniciativa TEDxKakumaCamp.

O TEDxKakumaCamp foi um evento realizado no dia 9 de junho de 2018 no campo de refugiados Kakuma, em Kakuma Town, no Quênia. O evento foi organizado por diversas OIGs, Organizações Não Governamentais (ONGs) e organizações do setor privado, buscando trazer histórias e palestras de pessoas relacionadas à causa, sendo elas atualmente refugiadas, tendo sido refugiados, ou possuindo vínculos com comunidades em refúgio. Esta iniciativa traz a interpessoalidade necessária para o estabelecimento de laços no ambiente em que ocorreu, contando com organizações importantes no mercado nacional, como a Kenya Airways¹¹. Além disso, o relacionamento bem estabelecido entre Estado, OIGs e a causa dos refugiados também foi importante para a viabilização do evento, que obteve ainda mais sucesso por ter convidado pessoas que fizeram ou fazem parte de realidades sociais e linguísticas semelhantes à principal audiência: os refugiados.

Em relação à *abordagem*, é preciso considerar que a comunicação, principalmente no âmbito das Relações Públicas, não é tratada da mesma maneira mundialmente. De acordo com o desenvolvimento de cada Estado, a comunicação é abordada como um processo social sempre presente ou como uma maneira de meramente divulgar programas de desenvolvimento nacional (VAN LEUVEN; PRATT, 1996, p. 100). Esta questão é importante justamente pois estabelece o papel do diálogo nas relações organizações-públicos no processo de construção de relacionamentos. Já os *tipos de relacionamentos estabelecidos*, estabelecem

¹¹ Companhia aérea nacional do Quênia, uma das principais operadoras da África subsaariana.

a ênfase destas relações, especificamente podendo ser a interface entre interesses nacionais e a cultura local, interesses privados e a maneira como estes são transmitidos para a comunidade. Estes fatores demonstram que a consideração da singularidade cultural é essencial para uma comunicação socialmente responsável¹² e ética (VAN LEUVEN; PRATT, 1996, p. 104).

A maneira em que estabelecemos os processos comunicacionais para com os públicos pode trazer resultados e influências positivas para determinados contextos, como foi o caso do TEDxKakumaCamp. Entretanto, reflexos negativos à dinâmica social podem ser ocasionados pela inadequação da abordagem e estratégia para com os diferentes públicos, gerando riscos à esta. Considerando o fato de que vivemos em um mundo globalizado, onde a generalização e a universalização tendem a atingir cada vez menos as necessidades específicas das pessoas, é muito difícil encontrar cenários onde exista a possibilidade de completa previsão de consequências de quaisquer acontecimentos. Com isso, vem a noção de *risco* que, para Giddens (1999, p. 32), é inseparável das ideias de probabilidade e incerteza.

Para Giddens (1999), o risco possui duas faces: a do mundo exterior e a apresentada por nós mesmos. Em um mundo em que o capitalismo e as relações de poder dominam, passou-se o tempo em que os riscos externos eram a maior das preocupações nos processos das dinâmicas sociais. Agora, o risco que apresentamos à nós mesmos se sobressai, como explica a passagem a seguir:

(...) Contudo, a certa altura, muito recente em termos históricos, começamos a preocupar-nos menos com o que a natureza nos pode fazer e mais com aquilo que nós fizemos à natureza. É nesta altura que o risco exterior perde a situação predominante, que passa a pertencer ao risco provocado por nós. (...) De fato, penso que (o nós) se refere a todos os seres humanos, aos que vivem em todas as zonas, ricas ou pobres, do mundo. (GIDDENS, 1999, p. 36).

Assim, os fatos sociais não influenciam apenas questões físicas relacionadas à natureza, mas também em questões relacionadas à vida humana que deixaram de ser pautadas em tradições e metanarrativas em um movimento de rompimento semelhante à globalização. A especificação dos riscos faz com que seja mais difícil prever os futuros impactos de determinadas situações, tornando ainda mais difícil de estipular o quanto as situações são alarmantes e como transmitir isso aos públicos. Cabe agora aos Estados, organizações privadas e OIGs o papel de se tornar cada vez mais próximos de históricos e possibilidades, para que possa reagir e dialogar com a população enquanto a própria população já possui inúmeros canais para receber e interpretar as informações referentes aos respectivos acontecimentos.

¹² A questão da Responsabilidade Social será aprofundada no item 3.2

As OIGs, como redes de apoio aos Estados e também à população, possuem um papel essencial no estabelecimento deste diálogo e também na criação de políticas que ofereçam apoio aos públicos afetados pelos riscos em curto e longo prazo, especialmente por meio do incentivo à governança e cooperação global entre os Estados, como sugere Giddens (1999, p. 41):

Para onde quer que nos voltemos, somos forçados a gerir o risco. Com a expansão dos riscos provocados pela atividade humana, os governos já não podem fingir-se alheados deste tipo de gestão. É melhor que colaborem uns com os outros, porque poucos destes riscos de novo tipo podem ser contidos no interior das fronteiras dos países que os provocam.

A maneira que encaramos o risco, como dificuldade ou oportunidade de desenvolvimento, é reflexo dos valores e estabelecimento de laços entre as partes. Neste processo, entretanto, é importante a atenção a responsabilidade social que será trabalhada no próximo tópico e na influência territorial que será abordada também posteriormente com o enfoque deste fenômeno e também do impacto das OIGs para com os públicos afetados pelos riscos aos quais elas tentam estabelecer recomendações e soluções.

3.2 Organizações Intergovernamentais, responsabilidade social e responsabilidade pública

Ao abordarmos a questão dos riscos gerados e enfrentados pelas OIGs, é importante refletirmos sobre o papel de responsabilidade social e responsabilidade pública que elas exercem sobre aqueles que atingem. Apesar de as OIGs serem organizações não-estatais, ainda pode-se dizer que elas prestam um serviço à população mundial e que suas ações e recomendações, por mais que feitas majoritariamente através do apoio estatal, se dirigem à sociedade civil, o que as torna agentes ativos de comunicação e, consequentemente, responsabilidade social e responsabilidade pública.

Primeiramente é importante analisar a questão da responsabilidade social no âmbito das organizações, uma vez que as OIGs não deixam de ser organizações atuantes na sociedade, mesmo não sendo nem do setor privado e nem estatais. Logo, devemos questionar a adequação do conceito de responsabilidade social corporativa neste contexto. Mesmo sem serem parte do segundo setor, as OIGs ainda são regidas por fatores econômicos, acordos e interesses. Além disso, também possuem burocracias, orçamentos, sedes, empregam servidores e envolvem em suas ações grupos de especialistas, corporações e associações profissionais (HERZ; HOFFMAN, 2004, p.10), podendo assim ter como uma de suas atribuições a responsabilidade social corporativa.

Para Baldo e Manzanete (2003), responsabilidade social corporativa nada mais é do que a responsabilidade social de empresas ou organizações em geral, que investem em ações comunitárias e ambientais, asseguram o bem estar de seus funcionários, promovem comunicações transparentes e asseguram a sinergia com todos os seus públicos. Para os autores, a ideia da promoção da responsabilidade social corporativa se origina da recente percepção dos vários setores da sociedade em relação à necessidade de colaboração por parte das organizações, além do terceiro setor e instituições governamentais, para a manutenção social em um contexto de descrença para com o Estado do bem-estar social e ascensão do liberalismo.

As empresas, públicas ou privadas, queiram ou não, são agentes sociais no processo de desenvolvimento. A dimensão delas não se restringe apenas a uma determinada sociedade, cidade, país, mas no modo com que se organiza e, principalmente, atua por meio de atividades essenciais. (...) as empresas introduzem variáveis sociais nos critérios de gestão e desenvolvimento. (BALDO; MANZANETE, 2003, p. 3).

Agora, se considerarmos que as OIGs, em seu caráter de rede de apoio aos Estados, não se enquadram na mesma função e exercício de responsabilidade social como as demais organizações não-estatais, ainda devemos reconhecer seu papel de responsabilidade social e responsabilidade pública. Mesmo que a responsabilidade social corporativa não possa ser atribuída às OIGs, é inegável que, dentro do paradigma criado entre os processos sociopolíticos destas e das relações públicas, ainda há um caráter de garantia de direitos e da cidadania de seus públicos em suas ações e, principalmente, na comunicação durante e sobre elas.

A questão da comunicação na responsabilidade social das OIGs se faz muito importante, não só pelo paralelo mencionado, mas também pelo fato de que, por serem intermediárias entre Estado e sociedade e fazerem parte da interação entre eles, podem ser incluídas no contexto da seguinte afirmação:

as interações entre Estado e Sociedade, medidas por relações interpessoais, institucionais e pelos meios de comunicação social, serão comunicações políticas quando afluírem na direção e sentido das decisões que contribuem para a estabilização, desequilíbrio ou mudanças no sistema político. (Matos, 1989, p. 8 *apud* DUARTE, 2007, p. 97)

Como agentes de comunicação política, as OIGs possuem um papel de responsabilidade devido à sua função social.¹³ Além disso, como organizações, as OIGs possuem relacionamentos complexos com cada um de seus públicos, causando riscos, impactos e consequências em dinâmicas sociais por meio do Sistema de Interpenetração

¹³ Como definida no tópico 2.1 A função social das Organizações Intergovernamentais.

(Preston; Post, 1975 *apud* SILVA et al.; 2015), em que os efeitos destas se desenvolvem em sistemas distintos, porém que se interpenetram mutuamente.

A responsabilidade pública se difere da responsabilidade social no tangente à dimensão em que cada tipo está envolvida. Enquanto a responsabilidade social diz respeito a uma visão que abrange a sociedade como um todo, a responsabilidade pública é direcionada para os públicos e grupos de influência específicos da organização (TEIXEIRA, 2016, p. 86). É possível distinguir ambas em exemplos já apresentados anteriormente: o caso da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável abrange a responsabilidade social, no sentido em que visa atender a sociedade como um todo; já a responsabilidade pública é vista no exemplo da execução e da atenção às especificidades do TEDxKakumaCamp realizado no Quênia, uma vez que atingia públicos específicos.

Independente de suas abrangências, a questão da responsabilidade tem se tornado uma tendência cada vez mais crescente, principalmente no século XXI, sendo marcada pelo crescimento de ações comunitárias fortes, atuantes, reivindicatórias e mobilizadoras tanto pela comunidade civil, quanto pelas organizações não-estatais (BALDO; MANZANETE, 2003, p. 3). Esse crescimento tem sido fundamental para a maneira em que as organizações são percebidas pela sociedade, afetando sua influência e seu impacto nesta, como veremos a seguir.

3.3 Influência e impacto das Organizações Intergovernamentais

Já vimos que a maneira com a qual as organizações atuam e se comunicam pode representar riscos às dinâmicas sociais em que estão inseridas, assim como podem trazer benefícios tanto à sociedade, quanto à elas mesmas. Assim, é importante retomar o conceito do Sistema de Interpenetração de Preston e Post (1975), uma vez que discutiremos a influência mútua entre OIGs e sociedade.

O conceito de *influência*, segundo Villa (1999, p. 23), possui uma grande imprecisão teórica. Essa imprecisão se dá pelos diversos significados atribuídos ao termo que variam entre *força*, *poder*, *hegemonia*, *associações políticas*, etc. Entretanto, o autor ao mencionar organizações que atuam em níveis transnacionais, caracteriza a influência como “o alcance efetivo da ação transnacional” (VILLA, 1999, p.24). Apesar de estarem em meio a relações de poder entre os Estados e também estar prestando uma função de moderá-las, as OIGs não tem como objetivo final possuir o poder, mas sim orientá-lo em sua ação política “de tal forma a gerar consenso em torno do conteúdo de sua atuação, resultante de suas inserções nos processos globais transnacionais.” (VILLA, 1999, p.24).

Outra abordagem de Villa (1999) sobre a questão da *influência* em atores não-estatais transnacionais intergovernamentais, é a de que esta se dá pela capacidade de proposta e maneira de atuação das OIGs em conferências globais, caracterizada pelo fracasso ou sucesso das recomendações feitas pelas organizações.

Assim, a inter-relação e o exercício da influência dos atores transnacionais societais, em relação ao sistema interestatal, exprime um dado real no qual intervêm diferentes *inputs*, como pesquisas, propostas, alianças e negociações, além de um impressionante aparato de propaganda (...) (VILLA, 1999, p.27).

Contudo, em uma era de avanço da tecnologia, inovação e sistemas da informação, não podemos nos ater somente à influência de organizações em eventos e processos burocráticos. Além das conferências globais, as OIGs ainda participam da criação de propostas e agem de maneiras que vão para além do mundo físico, explorando também o digital. Apesar de as redes sociais online serem um importante fator para a geração de influência das OIGs, há também ações e projetos destas que estão em outros canais digitais e que possuem potencial de impacto e influência de forma participativa.

Um exemplo de ação de influência digital participativa é o *Global Partnership for Sustainable Development Data*¹⁴, também conhecido como *Data4SDGs* (Dados para metas de desenvolvimento sustentável), uma ação colaborativa entre governos, empresas e grupos da sociedade civil de todo o mundo que possui o objetivo de democratizar o uso de dados digitais (*big data*), com as seguintes perspectivas:

- Ajudar governos a melhorar a criação de políticas públicas e serviços aos cidadãos, além de alinhar orçamentos com necessidades.
- Orientar cidadãos e a sociedade civil a fazer escolhas melhores e poderem se tornar responsáveis por seus atos.
- Estimular o crescimento de capacidade das empresas para o empreendedorismo e a inovação.

Esta ação levanta dados de agendas políticas globais, nacionais e regionais, construindo plataformas para o estímulo de produção, acesso e uso de dados, a partir de uma visão de colaboração *multi-stakeholder*, para inovar, compartilhar conhecimento e resolver problemas. Sendo uma parceria entre a ONU, a *Data4SDGs*, possui como uma de suas diretrizes a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seu monitoramento - especialmente as de número 16 e 17, sendo respectivamente *Paz, Justiça e Instituições Fortes* e *Parcerias para Metas*. Além disso, em relação às demais metas de desenvolvimento

¹⁴ Parceria Global para Desenvolvimento Sustentável de Dados. O portal da rede pode ser acessado em <http://www.data4sdgs.org>.

sustentável, a ação possibilita a erradicação da falta e mau uso de dados em relação à crises como a da extrema pobreza, que possui uma série de irregularidades de mensuração e divulgação da informação.

Assim, compreendemos que ações como o *Data4SDGs*, ainda exercem a *influência* como definida por Villa (1999), porém com o diferencial de não precisarem estar em um ambiente físico de conferência e ainda assim intervindo socialmente por meio de pesquisas, propostas, criações de fundos e estímulo da participação de demais atores sociais.

O caráter digital que as OIGs têm abraçado com o passar dos anos e o uso da tecnologia para o alcance de seus respectivos objetivos dentro de sua função social reforça ainda mais a questão da transnacionalidade e os públicos. Isso pode ser observado tanto no exemplo do *Data4SDGs*, cuja a participação de organizações por todo o globo afetam a os fluxos informacionais da sociedade mundial, quanto no exemplo do TEDxKakumaCamp, que apesar de ter sido realizado no campo de refugiados de Kakuma Town, também foi transmitido ao vivo em estruturas montadas em outros campos no continente africano e *online* para o restante da comunidade global.

3.4 Transnacionalidade e os públicos

Ao discutirmos a questão da influência das OIGs, é preciso retomar os conceitos de territorialidade e transnacionalidade para refletir sobre as diferenças entre os impactos globais e locais das organizações. Apesar de já ter sido afirmada a questão de a territorialidade ser um conceito regido pelas padronizações impostas pelo Estado moderno, podendo ser refutada quando discutimos a globalização e o surgimento de translocalidades como reflexo da radicalização da territorialidade, não é cabível ignorá-la como uma questão válida ao analisarmos as OIGs, especialmente em seu âmbito local devido à questões referentes à soberania estatal, fronteiras legais e leis que devem ser respeitadas dentro de cada um dos territórios dos Estados membros.

Contudo, uma vez que inserimos as OIGs em um contexto global, especialmente por meio das TICs e de suas ações nos meios digitais, pode-se dizer que elas criam, por meio de suas ações, translocalidades de uma forma distinta, sem serem físicas. Isto é, as redes de relacionamento criadas pelas OIGs são ambientes de troca, desenvolvimento e discussão mútua que envolvem populações circulantes em busca da obtenção e exercício de direitos e, consequentemente, da cidadania. As redes, como forma de translocalidades - introduzidas no presente trabalho como redes translocais - estimulam e engajam os públicos das OIGs e incentivam a criação de novos meios, como o caso do *Data4SDGs*, e estimulam ainda os meios físicos, oferecendo a possibilidade interfaces que possam ser acessadas por todos os

setores sociais ao redor do globo, inclusive por pessoas que, teoricamente não teriam acesso devido à exclusão digital e informacional.

Além disso, ainda no que toca às translocalidades, as OIGs se tornam extremamente próximas de seus públicos transnacionais, agindo diretamente com o deslocamento humano em diversas esferas, como:

- Instalação de escritórios e sedes em diferentes países.
- Estrutura organizacional composta por colaboradores e voluntários de múltiplas nacionalidades, atuando fora de seus respectivos países.
- Atenção à causas relacionadas ao deslocamento humano, em casos de refúgio e exílio.
- Relacionamento com demais OIGs, ONGs, Estados, organizações do setor privado, etc.
- Auxílio por meio de políticas do sistema internacional em territórios nacionais.

Desta forma, as OIGs se encontram em um cenário de combate às consequências dos próprios pilares das quais foi fundada, a modernidade e a globalização. Por meio dos meios de comunicação e também das tecnologias ligadas à eles, diariamente são construídas redes que procuram encontrar maneiras de atingir um objetivo universalizado porém de forma personalizada para com cada causa, comunidade e crise, interagindo com seus públicos com a perspectiva de gestão e prevenção de riscos às dinâmicas sociais previamente apresentadas, levando em conta as singularidades que remetem aos desafios da questão da territorialidade, transnacionalidade e translocalidades como estabelecidas previamente.

Considerações Finais

Vivemos em um período de descontinuidades. Com o passar das décadas, observamos, desde o século passado, uma série de dinâmicas sociais em questões econômicas, sociais, políticas, linguísticas e tecnológicas. Estamos vivendo um momento não necessariamente de ruptura com a modernidade, mas que extrapola a modernidade e desafia, a cada dia que passa, expectativas e padrões impostos pelas normas sociais modernas. A velocidade em que estas mudanças se instalam em nossos cotidianos são intensas e, com elas, vem também a necessidade de acompanhá-las e reconhecer a existência de uma nova natureza nas instituições ao redor do mundo: a globalização.

A globalização é um fenômeno social multidimensional, que tem se tornado cada vez mais intrínseco às organizações de todos os setores sociais, e que é marcado especialmente pelo fenômeno da interferência mútua entre atores que extrapolam a territorialidade, os meios de comunicação tradicionais e métodos modernos. Neste contexto, Estados se tornam cada vez mais expostos e próximos da sociedade civil e jurídica, especialmente devido ao avanço das tecnologias da informação e comunicação, tornando-se e também tornando seus públicos cada vez mais suscetíveis às consequências de suas ações justamente pelo fato de que a globalização passa a ser incorporada também pelos indivíduos e não só pelos grandes sistemas.

Com as consequências do maior acesso à informação e também alcance da ação das instituições, vêm também as consequências das possibilidades que elas criam, como o surgimento de políticas neoliberais e da desigualdade social. Cabe então aos Estados a negociação entre si e também com a sociedade, para a estabilização e atendimento dos eventos implicados, fazendo-se assim necessária a criação e fortalecimento de organizações que sirvam de facilitadoras neste processo, como as Organizações Intergovernamentais.

As OIGs, atuando em diferentes instâncias, áreas de atuação e propósitos se encontram, junto aos Estados em uma posição delicada de se adaptar às demandas de um mundo globalizado, possuindo alicerces e protocolos baseados em princípios modernos, como a própria questão da universalização. Assim, o desafio das OIGs não deixa de ser, por exemplo, o desenvolvimento universal. Entretanto, elas devem encontrar meios específicos para cada público alcançar este objetivo generalizado em comum de uma maneira singular e que se adeque às suas necessidades e características em comum.

Cabe então às organizações estudadas, estruturar e participar de uma rede de apoio aos Estados membros, sendo atores ativos do estabelecimento de uma política de governança

global pelo desenvolvimento social, político e econômico, ao mesmo tempo que equilibram os interesses dos próprios Estados, que podem ou não cooperar neste processo ao qual eles mesmos se submetem.

Podemos estabelecer uma relação clara entre as OIGs e os processos comunicativos em dois sentidos. O primeiro sendo em relação à sua posição no sistema internacional, como mediador que estabelece meios e canais de negociação entre os atores sociais envolvidos, assim como meios de impacto e influência para com as sociedades afetadas pelas decisões e ações por elas facilitadas ou regulamentadas. O segundo sentido se relaciona com o próprio processo comunicativo como processo sociopolítico, que se assemelha à perspectiva pós-moderna das relações públicas, que objetivam democratizar, integrar e reconhecer a multidimensionalidade não só das atividades organizacionais, mas da existência das organizações em si.

Observamos então a comunicação neste processo como muito mais do que um conjunto de tarefas que podem ser aplicados genericamente em modelos independente dos *stakeholders*. Vemos a comunicação como um ator de legitimidade, intercompreensão e reflexividade das organizações e também representado por organizações, que influencia todos os processos sociopolíticos nos quais estas estão envolvidos, que nunca tiverem proporções tão grandes e alcances tão ilimitados.

A identificação das partes dos sistemas sociais nos quais as organizações estão inseridas, a qualificação das relações sociais e a atenção aos sintomas destas soluções é importante para o reconhecimento do potencial de influência e impacto social por parte dos públicos e também das próprias organizações. Isto se dá justamente pelos reflexos e riscos às dinâmicas sociais nas quais as OIGs estão incluídas em questão de infraestrutura comunicacional, impacto econômico, estabilidade política e integração cultural e linguística, que são alguns dos principais indicadores de desenvolvimento humano nos países.

A maneira que as organizações participam deste processo como atores ativos da comunicação e interação entre Estado e sociedade, nos mostra não só meramente a mensagem que querem transmitir, mas estabelecem também seu valores e seu comprometimento para com suas missões. A adequação e o respeito aos públicos diminuem os riscos às dinâmicas sociais que determinadas ações ou abordagens podem causar sobre comunidades. Isto é, a comunicação não se dá somente pela transmissão das ações das organizações, mas pelos próprios processos realizados por elas, como o exemplo da criação de políticas públicas. Sem a necessidade de meios de comunicação em massa, a criação de políticas públicas reflete e transmite, ou comunica, por si só os valores e o impacto das organizações sobre determinada comunidade. Logo, antes de tudo, o processo sociopolítico, ou comunicacional, é um processo

de responsabilidade social das organizações ou instituições, que pode ser ilustrado pela existência e atuação das Organizações Intergovernamentais.

Além do paralelismo estabelecido entre as Relações Públicas e as OIGs em relação à suas funções sociais, é importante frisar também a semelhança entre o desenvolvimento e existência de ambos, considerando suas semelhanças históricas em termos de contexto de estabelecimento e ascensão nos processos sociais. Isto é, ambos possuem características bastante semelhantes, especialmente na questão de terem surgido em um contexto de metanarrativas modernas e terem que acompanhar as descontinuidades do período ativamente conforme atuam em suas respectivas esferas.

A questão do contexto de desenvolvimento das relações públicas é especialmente relevante para a proposição realizada neste trabalho referente à contraposição de teorias clássicas das Relações Públicas que possuem um viés funcionalista e generalista, assim como as metanarrativas modernas trabalhadas. O modelo de Relações Públicas simétricas bidirecionais, ao mesmo tempo que é uma maneira de estabelecer o diálogo e a transparência entre os atores envolvidos, podem também ser uma maneira de fortalecer o preceito moderno de que o dissenso não deve ser considerado na tomada de decisões e de assumir que todas as relações são similares e podem ser encaixadas em modelos, de forma semelhante à questão dos Estados na teoria do *container social* de Beck (1999), homogeneizando as relações humanas tanto dentro, quanto fora das organizações. Assim, o processo sociopolítico das relações públicas só atinge seu aspecto de responsabilidade social quanto utiliza do dissenso para encontrar novas soluções e reflexões referentes a cada cenário de maneira específica.

Conclui-se então, a partir da análise do contexto e da atuação das organizações estudadas, que apesar de a comunicação ser um dos protagonistas no processo estudado, a instrumentalização desta e o simples ato de comunicar não são necessariamente sinônimos do real papel comunicativo nas dinâmicas sociais atuais. A comunicação, como processo e não atividade, deve ser ativa no acompanhamento e orientação das instituições e sociedade às descontinuidades modernas que enfrentamos e continuaremos a enfrentar, com uma postura de democratização e integração nos órgãos de representatividade e desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, A. A soberania sem territorialidade. Notas para uma geografia pós-nacional. **Novos Estudos Cebrap**, n. 49, p. 33-46, 1997.

BALDO, R.; MANZANETE, C. M. **Responsabilidade Social Corporativa**. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. BH/MG : INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2003.

BECK, U. **O que é Globalização?:** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 25-67 p.

CULBERSTON, H. M. Introduction. In: CULBERSTON, H. M.; CHEN, N. **International Public Relations: A comparative analysis**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 1996. p. 1-16.

DUARTE, M. Y. M. Comunicação e Cidadania. In: DUARTE, J. **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 95-115.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 5ª reimpressão. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, A. **O mundo na era da globalização**. 6ª ed. ed. Lisboa: Editorial Presença, v. VIII, 1999.

GONÇALVES, G. Teoria de Relações Públicas: Da visão sistêmica à radical. In: CAETANO, J., et al. **Relações Públicas e Comunicação Organizacional: Desafios da Globalização**. [S.l.]: Escolar Editorial, 2015. p. 67-86.

GRUNIG, J. E. Uma teoria geral das Relações Públicas: Quadro teórico para o Exercício da Profissão. In: GRUNIG, J. E.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F. **Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos**. 2ª ed. ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, v. I, 2011. p. 43-68.

HARVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2000. p. 119-162.

HERZ, M.; HOFFMAN, A. R. **Organizações Internacionais: História e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOLTZHAUSEN, D. R. Post modern values in Public Relations. **Journal of Public Relations Research**, v. 12, n. 1, p. 93-114, 2000. ISSN DOI: 10.1207/S1532754XJPRR1201_6.

ORTIZ, R. Globalização: Notas sobre um debate. **Sociedade e Estado**., Brasília, 24, n. 1, jan/abr. 2009. 231-254.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões**. 2ª ed. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2004.

SANTOS, C. G.; CARRION, R. D. S. M. Sobre a governança da cooperação internacional para o desenvolvimento: atores, propósitos e perspectivas. **Revista Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1847-1868, 2011. ISSN 0034-7612.

SILVA, F. P.; ET.AL. Responsabilidade Social Corporativa e Performance Socia Corporativa: Uma análise bibliográfica dos modelos teóricos de 1970 até 2014. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 7, n. 3, p. 85-104, Dez 2015. ISSN ISSN: 2176-8366.

SIMÕES, R. P. **Relações Públicas e Micropolítica**. São Paulo: Summus Editorial, v. 64, 2001.

TEIXEIRA, G. R. **Participação online e internet: O potencial do Votenaweb e as Relações Públicas**. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP. BAURU. 2016.

VAN LEUVEN, J. K.; PRATT, C. B. Public Relations Role: Realities in Asia and in Africa South of the Sahara. In: CULBERSTON, H. M.; CHEN, N. **International Public Relations: A comparative analysis**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 1996. p. 93-106.

VERČIČ, D.; GRUNIG, L. A.; GRUNIG, J. E. Global and Specific Principles os Public Relations: Evidence from Slovenia. In: CULBERSTON, H. M.; CHEN, N. **International Public Relations: A comparative analysis**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1996. p. 31-66.

VESCOVI, L. F.; FIABANE, A. A. Os desafios contemporâneos do império estatal em face das organizações internacionais: Violação da soberania frente à legitimidade de proteção ao direito da paz. **Revista da Secretaria do Tribunal Permanete de Revisão**, v. 5, n. 9, p. 129-150, Março 2017.

VILLA, R. A. D. Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 12, p. 21-33, Jun 1999.